

**ESTUDO SOCIOTERRITORIAL DA DINÂMICA  
SUCROALCOOLEIRA E A FORMAÇÃO DOS  
TERRITÓRIOS DO CAPITAL CANAVIEIRO NO PONTAL  
DO TRIÂNGULO MINEIRO**

**A SOCIOTERRITORIAL STUDY OF SUGAR ALCOHOL  
DYNAMICS AND THE FORMATION OF THE  
SUGARCANE CAPITAL TERRITORIES IN THE PONTAL  
OF TRIÂNGULO MINEIRO**

**Eduardo Rozetti de Carvalho<sup>1</sup>**  
*eduardorozetti@uol.com.br*

**Vicente de Paulo da Silva<sup>2</sup>**  
*vicentepbt@hotmail.com*

**RESUMO**

Neste artigo temos como foco elucidar o entendimento da formação e das territorialidades existentes e próprias ao avanço dos empreendimentos sucroalcooleiros, gerando efeitos (re)construtores e modeladores na cultura, economia, política, vida e natureza local. Durante o processo, dá-se especial atenção em como as unidades sucroalcooleiras transformam e regulam a relação do pequeno produtor com a realidade do campo, de seu espaço de trabalho e vida, inserindo-o numa nova relação, ou seja, a de trabalhador para o capital. Tecemos o entendimento de que é possível definir a dinâmica canavieira por meio dos teóricos que discutem os grandes projetos de investimentos, aliando este a categoria território, pois a eles são englobadas as relações de poder e de territorialidades distintas que compõem o espaço regido pelo agronegócio canavieiro.

**PALAVRAS CHAVE:** Território, Grandes Empreendimentos, Pontal do Triângulo Mineiro, Capital Canavieiro.

**ABSTRACT**

In this article we focused on clarifying the understanding of the existing formation and territoriality in relation to the advancement of the sugar and alcohol ventures, generating effects (re)builders and modelers in culture, economics, politics, life and local nature. During the process, we gave special attention to how the sugar alcohol units transform and regulate the relationship of small producers with the reality of the field, in their workspace and life, by inserting them into a new relationship, i.e. the one of the worker in relation to the capital. We were able to understand that it is possible to define the dynamics of sugarcane through theorists who discuss the big investment projects, combining this to the territory category, because they are encompassed to distinct power relations and territoriality composing the space governed by sugarcane agribusiness

**KEYWORDS:** Territory, Great ventures, Pontal do Triângulo Mineiro, Sugarcane capital.

---

<sup>1</sup> Doutorando do programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista CAPES. Membro NEPEGE.

<sup>2</sup> Docente do programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador NEPEGE.

## INTRODUÇÃO

O entendimento da territorialização do processo de construção da sociedade e do complexo agroindustrial, em especial dos empreendimentos sucroalcooleiros, deve ser entendido por meio de ações e processos que ultrapassam os limites municipais, mas que (re)constroem as relações locais, tanto produtivas, econômicas quanto culturais, políticas e sociais do território.

A construção dessa territorialidade do capital em torno da cana-de-açúcar surge da atuação das relações de conflitualidade dos agentes envolvidos pelo capital existentes no processo agrário e agrícola, os quais nascem da contradição de suas interações e da necessidade de coexistência e ou exclusão, formando assim estruturas territoriais temporariamente definidas, mas, em contrapartida, em constante processo de (re-des)territorialização.

Esse texto tem como objetivo principal elucidar o entendimento da formação e das territorialidades existentes e próprias ao avanço dos empreendimentos sucroalcooleiros, compreendendo como e por qual motivo esse sistema é implantado. Assim, abarcando nesse processo a compreensão de suas consequências, interagidas por realidades de expropriação dos personagens e esferas que se correlacionam e disputam esse mesmo território.

Uma complexidade se impõe ao chamarmos de disputa esse processo violento de expropriação no campo, uma vez que ela se dá em cima de situações que já eram consolidadas. Isso quer dizer que essa disputa não ocorre de maneira espontânea, ou seja, em terras sem dono.

O capital chegou e quer as terras para serem ampliadas, porém sem dar a menor atenção ao fato de que tais terras já têm dono, nas quais se encontra histórias de vida, de apego ao lugar. Enfim, o conflito se dá a partir de uma invasão, que é do capital, a esse espaço do outro sem respeitar a alteridade dos habitantes dessas terras, os quais criaram vínculos com o meio.

Metodologicamente as argumentações estão sustentadas em debates e revisões bibliográficas acerca do tema, expondo informações, reflexões e debates oriundos da utilização de diferentes publicações, tais como: livros, artigos, relatórios, dissertações e teses e, também, direcionamentos reflexivos da realidade do campo canavieiro.

Tendo essa premissa, apresentamos esse artigo, que possui em sua problemática central a questão que circunda os debates e paradigmas do agronegócio sucroalcooleiro. Para tanto, há um questionamento de extrema importância: Como e quais são os focos que

devem ser enfatizados para compreender a dinâmica territorial, que nasce do processo de reformulação do território da cana-de-açúcar e sua relação com a realidade do campo de trabalho e vida para com o capital?

Assim, para entendermos os empreendimentos sucroalcooleiros, apresentamos as discussões abarcando a reflexão inicial do uso dos debates sobre os Grandes Projetos de Investimentos (GPI), relacionados às questões agrárias da agroindústria.

Num segundo momento, destacamos pontos relevantes para entender que o debate territorial é um dos mais adequados para discutir as relações capitalistas do universo canavieiro. A dinâmica sucroalcooleira e a formação dos territórios do capital canavieiro serão apresentadas em seguida na medida em que analisamos como a indústria da cana se estrutura como complexo dinâmico, mas expropriador da realidade territorial.

## **TERRITÓRIOS AGROINDUSTRIAIS CANAVIEIROS**

Em Minas Gerais, no Pontal do Triângulo Mineiro, a expansão recente do capital sucroalcooleiro está ligada aos investimentos realizados durante a década 1990, provocando mudanças expressivas na Geografia do campo, mudanças que esbarram em territórios de interesses e de história na produção regional e nacional.

Nesse sentido, a busca do entendimento da territorialização do processo de construção da sociedade e do complexo agroindustrial sucroalcooleiro ultrapassa os limites territoriais, formando territórios regidos pelo capital, separando as relações do espaço de administração com o espaço do capital, criando seu território de interesse.

É importante ressaltar que, tal território e sua construção, surgem a partir da atuação das relações e conflitos entre o trabalho e o capital, como também dos conflitos dos próprios capitais de concorrência, nascidos da contradição de suas interações e da necessidade de coexistência de um e outro.

Forma-se assim, as estruturas de territorialidades dos grandes empreendimentos sucroalcooleiros que desenvolvem/reconstroem os territórios antes de identidades e relações da terra para com a terra. Temos então, os trabalhadores com diferentes formas de representação, de trabalho e de luta; o capital que controla os meios produtivos e de produção; e o Estado, que se tem constituído como regulamentador dessa trama de relações.

Assim, o capital constrói e modela o território por meio da regulação de demandas e ofertas, desde que nesse processo o lucro e formação do capital sejam favoráveis. É nessa premissa que inserimos o debate dos empreendimentos sucroalcooleiros, os quais se tornaram demandas que crescem no âmbito da sociedade agrária do Pontal do Triângulo Mineiro.

### ***Grandes Empreendimentos Sucroalcooleiros***

Para o entendimento desses direcionamentos e compreensão dessa realidade do capital, abordaremos a seguir a questão dos Grandes Empreendimentos Sucroalcooleiros, abarcando para isso o debate dos seus territórios formados a partir da contradição gerada pelo capital, no caso excludente e (re-des)construtor.

Quando adotamos o uso do debate das unidades sucroalcooleiras como Grandes Empreendimentos, o fazemos porque esses empreendimentos são de grandes dimensões que movimentam extraordinários montantes de dinheiro e outros recursos, tais como mão-de-obra e infraestrutura, além de uma exigência de grande disponibilidade e necessidade de recursos agrícolas, no caso principal a cana-de-açúcar.

Os Grandes Projetos de Investimentos são considerados por Martins como “projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais” (MARTINS, 1993, p.61-62), claro que vinculados inicialmente e principalmente a hidrelétricas, os planos de colonização e construção de rodovias, mas também títul aos Empreendimentos Sucroalcooleiros.

Esses empreendimentos causam grandes e graves efeitos ao meio e às pessoas, uma vez que no processo de implantação, como destaca Bortoleto, há “uma ausência de análises sobre as alterações socioeconômicas, culturais e ambientais que causariam às regiões” (BORTOLETO, 2001, p.54). Além do mais, esses empreendimentos ligados à atividade canavieira, não se limitam apenas ao tempo de instalação, mas em um processo contínuo de apropriação e reconstrução do território para com o seu capital.

Os empreendimentos sucroalcooleiros geram nos territórios onde são implantados, uma ruptura das condições já existentes, nos modos de vida dos moradores e os mais diversos efeitos, nos aspectos econômicos, sociais, ambientais e até mesmo políticos. Isso é mencionado por Vainer e Araújo, ao relatarem que os GPI causam também “desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da

população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 33).

Corroborando, para essa questão dos Grandes Empreendimentos Sucroalcooleiros, temos que os Grandes Projetos abrangem os empreendimentos de grande porte que surgiram sob o discurso de contribuir para a implantação de infraestrutura e como forma de levar crescimento e progresso às regiões em que foram instalados.

Apoiado nos direcionamentos de Vainer e Araújo (1992), observa-se que esses empreendimentos sempre mobilizam “grande intensidade de elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p.29).

Assim, é inegável que essas indústrias, mesmo que localizadas fisicamente em uma pequena área, englobam e ocupam extensas áreas, afetando de diversas formas o meio no qual se inserem, com efeitos de cunho social, ambiental, político e, principalmente, econômico, quando o observamos sobre a olhar do capital.

Segundo Vainer,

Os GPIs buscam atender simultaneamente a duas exigências: a da produção e reprodução das condições gerais da acumulação e a do ordenamento territorial. São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (VAINER, 1992, p. 34).

Fica evidente, segundo esses referenciais, que a interpretação de que o termo Grandes Empreendimentos pode ser aplicado, de maneira direta e própria aos Empreendimentos Sucroalcooleiros tão presentes no contexto da organização territorial do Triângulo Mineiro.

Sobre o real significado dessas implantações e modernizações realizadas pelos empreendimentos temos que observar suas consequências, como mencionado por Silva,

Sabemos que um projeto de modernização tem, antes de tudo, objetivos que não são os de desenvolver o lugar nem tampouco modernizar as pessoas. Ou nos enquadrados no processo, ou somos excluídos. E enquadrar aqui assume o sentido de servir ao processo, trabalhar para ele, comer o que ele manda. (SILVA, 2007, p.19).

É importante ressaltar que, não dissociamos os debates acerca da Agroindústria, dos Complexos ou Sistemas Agroindustriais para os entendimentos dos Empreendimentos Sucroalcooleiros, uma vez que tais entendimentos, debates e contribuições de Müller (1981,

1982a, 1989), Kageyama et al (1987), Kageyama e Silva (1988), Silva (1991, 1996), entre outros, são fundamentais para alicerçar e fundamentar ainda mais essas inter-relações.

Para Müller (1981), o Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro que se insere em um espaço econômico determinado, forma e necessita de um conjunto de atividades fortemente interdependentes.

Na visão de Kageyama et al (1987), o Complexo Agroindustrial "remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao sistema global de acumulação" (KAGEYAMA et al, 1987, p.11). Portanto, o setor agrário é apreendido a partir da dinâmica conjunta da indústria para a agricultura.

O complexo agroindustrial, em específico o empreendimento sucroalcooleiro, deve ser entendido por meio de ações e processos que ultrapassam os limites municipais. Sua construção surge da atuação das relações entre trabalhador e capital, como também dos conflitos dos próprios capitais, nascidos da contradição de suas interações e da necessidade de coexistência de um e outro, formando assim a estrutura das territorialidades num complexo movimento de destruição, reconstrução, criação e recriação de territórios.

Além do mais, os GPI's, como os complexos sucroalcooleiros, são criados a partir de políticas de aplicação e difusão de créditos subsidiados, acessíveis, de certa forma, porém, altamente excludentes e seletivos, sendo privilegiados os grupos empresariais e grandes agricultores, conforme destaca Oliveira:

Ao criar uma política de concessão de créditos subsidiados, altamente seletiva e excludente, o Estado acabou privilegiando grandes proprietários e grupos empresariais, o que contribuiu para a constituição do Complexo Agroindustrial brasileiro e, particularmente, do CAI sucroalcooleiro. Desse modo, redefiniu as formas tradicionais de produção e deixou à margem, milhares de produtores rurais responsáveis pela produção de alimentos. (OLIVEIRA, 2003, p. 45).

Engendrando ainda nessas relações e efeitos como Gonçalves diz:

A eficiência setorial de longo prazo na produção de matéria-prima para o complexo sucroalcooleiro, traz portanto embutido o germe concentracionista de terra e de renda. Concentra terra porque a obtenção de custos menores engendra a busca por agricultural áreas maiores maximizando lucros e reordenando a ocupação do solo direcionando as propriedades a se adequarem ao tamanho ótimo. (GONÇALVES, 1991, p. 111).

O que por vezes é incorporado e presente nas análises e estudos ligados aos Grandes Projetos de Investimentos. O Estado, por sua vez, regula e direciona o processo, apropriando-se de um discurso de garantir o desenvolvimento local e regional, mas submetem os moradores, proprietários de terra e trabalhadores de modo geral aos

direcionamentos de expropriação do território, aos ditames do Capital. Isso representa uma total desordem das relações preexistentes e, ao mesmo tempo, garante uma nova ordem no campo, ou seja, a ordem imposta pelo sistema.

### ***Território da Cana-de-açúcar***

A expansão da atividade canavieira no Brasil, especificamente no Pontal do Triângulo Mineiro, vem desencadeando a desterritorialização do campesinato e uma reterritorialização das estruturas produtivas. O grande capital, que se desloca de um lugar para outro, promove um processo de reterritorialização das estruturas que compõem o setor, como também das relações que configuravam o espaço desses territórios.

Esse movimento do capital e trabalho, no âmbito dos empreendimentos canavieiros, vem estabelecendo uma nova territorialidade, tanto das agroindústrias, das plantações, como também dos trabalhadores e população das cidades envolvidas nesse processo. Essa territorialidade está vinculada às relações de poder, como um veículo que pode ser manipulado e modificado de acordo com o grupo social que o sustenta, ou de acordo com os interesses que são criados.

A adoção da categoria de território para a compreensão dos fenômenos e desdobramentos nas relações entre capital e trabalho dos empreendimentos sucroalcooleiros torna-se importante uma vez que, de acordo com Ortega,

O uso do enfoque territorial, em tempos de globalização, vem sendo recomendado por cientistas, governos e agências multilaterais. [...] Apesar do modismo, [...] nossa intenção é verificar a pertinência do uso do enfoque territorial em um processo de des(re)territorialização, em virtude do avanço da globalização. (ORTEGA, 2008, p. 51).

Haesbaert (2004) deixa claro que o enfoque territorial tem a capacidade de responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço, pois é em sua medida que vemos as “novas formas que ele está incorporado e através das quais se manifesta” (2004, p.87).

Segundo ORTEGA, “a importância do enfoque territorial está associada à crise capitalista das décadas de 1970 e 1980 e, numa aparente contradição ao aprofundamento do processo de globalização que [...] implica uma profunda desterritorialização global”. (ORTEGA, 2008, p. 54).

O pesquisador Sposito relata que dessa forma “os territórios perdem as fronteiras, mudam de tamanho dependendo do domínio tecnológico de um grupo ou de uma nação, e mudam, conseqüentemente, sua configuração geográfica” (SPOSITO, 2004, p. 114).

Acerca do conceito surgem diferentes leituras, pontos de defesa e visões, no que tange ao conceito de território. Desse modo, para esse estudo enfatizamos as visões e interações sobre o conceito de território, verifica-se que todas são formadas de acordo com a ideia de relação de poder.

Raffestin e Rogério Haesbaert, desenvolvem bem essa vertente sobre o território, uma vez que este é criado pelo poder exercido por pessoas ou grupos, como também pelas multiterritorialidades existentes dentro de um mesmo território.

Vale lembrar que Claude Raffestin, destaca uma compreensão sobre o conceito de espaço geográfico como substrato preexistente ao território. Segundo o autor,

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Dessa forma, o território é formado em um espaço, e neste o sujeito expressa e desenvolve suas relações, formando a territorialidade que, junto a outras territorialidades, perfazem um novo território e um novo espaço. Nesse tocante podemos inserir os empreendimentos sucroalcooleiros, como redefinidores de dinâmicas territoriais.

Ainda de acordo com o autor, o território é tratado, inclusive, com ênfase político-administrativa, ou seja, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação, um espaço delimitado por uma ordem jurídica e política, um espaço pautado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Portanto, ao se apropriar e relacionar com o espaço, o sujeito territorializa o espaço, materialmente, como na construção de sua identidade.

Dessa forma, devemos entender o território como

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

A construção do território, como o do setor canavieiro, remete então, às relações pautadas pelo poder que esses sujeitos possuem. Assim, a compreensão dessa categoria, exige que se atente para o poder exercido por pessoas ou grupos que definem outros



territórios, criados pelos atores sociais que moldam suas territorialidades em um dado espaço, pois Raffestin afirma que

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

Sobre o poder em relação ao território, apesar de suas particularidades, o enfoque deve ser conjunto para a consolidação do conceito, pois o poder está intrínseco em todas as relações sociais, ele deve ser visto como relacional, visto que “justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2004a, p. 101).

Ainda sobre isso, “[...] no panorama atual do mundo, com todas as suas complexidades e processos, muitas vezes excludentes, como a crescente globalização e a fragmentação a um nível micro ou local” (HAESBAERT, 2002, p. 27).

Na medida que o autor identifica uma multiterritorialidade reunida em outras quatro dimensões de visão e noções de território (2004b, p.91):

- Política, ou jurídico-política: determinação de poder – político do Estado;
- Cultura, ou simbólico-cultural: produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- Econômica: menos difundida, produto da divisão “territorial” do trabalho.
- Natural(ista): base nas relações entre sociedade e natureza

Sendo a última incorporada em um período recente ao entendimento dos elementos territoriais. Nesse contexto as três iniciais, valendo-se de referenciais consolidados sobre tais dimensões, apresenta diferentes elementos: os territórios-zona, nos quais prevalece a lógica política; os territórios-rede, onde prevalece a lógica econômica; os aglomerados de exclusão – prevalece nesses, uma lógica social de exclusão socioeconômica das pessoas – sendo importante destacar que:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).

Ainda sobre isso, Haesbaert destaca:

Multiterritorialidade [...] implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode ser dado tanto através de uma “mobilidade

concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico (HAESBAERT, 2004a, p. 343-344).

Lembramos ainda que Haesbaert analisa o conceito de território, como sendo “antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades” (HAESBAERT, 2004a, p. 35), o que para o entendimento das identidades suprimidas do mundo sucroalcooleiro torna-se pertinentes e merecedoras de atenção.

Em seus estudos Haesbaert analisa a des-territorialização, a partir do movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Posto que, “dependendo da concepção de território muda, conseqüentemente, a nossa definição de desterritorialização” (HAESBAERT, 2004a, p. 35), já que essa é utilizada para retratar o processo de multiterritorialidade, que por sua vez é Tátil na realidade sucroalcooleira.

É importante mencionar que Haesbaert, deixa claro que o uso do território, frente a visões Materialistas, Idealistas, Relacionais ou Integradoras, (HAESBAERT, 2004b) permite o seu uso como categoria multidimensional, mas que deve especificar sua abrangência e dimensionalidade para que sua utilização não se perca em contradições teóricas.

Valendo-se desse princípio e dos demais tratamentos mencionados, entende-se a perspectiva que temos a categoria território, como uma das formas de explicar as mudanças e transformações para o desenvolvimento da atividade canavieira e sucroalcooleira, posto que seu processo de territorialização, desterritorialização e (re)territorialização, vai além da existência, nesse processo, da visão multiterritorial. Sobre isso, Haesbaert aponta que,

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo, e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade pelo simples fato que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. (HAESBAERT, 2004a, p. 344);

Esse processo, de (re)ordenamento territorial do setor sucroalcooleiro vem provocando mudanças expressivas na Geografia do campo em Minas Gerais, no que tange ao trabalho, que se manifesta também no processo de desconstrução, atingindo os modos de vida, produção, identidade, cultura e pertencimento da sociedade relacionada ao processo.

Nessa perspectiva Sposito demonstra que, uma concepção naturalista do território é amplamente difundida e essa “concepção clássica do imperativo funcional acaba por

transformar o território em um elemento da natureza, pelo qual se deve lutar para conquistar ou proteger” (SPOSITO, 2004, p. 113). Dessa forma, o indivíduo cria laços com o seu território, demonstrando apego e sentimentos em relação a este lugar que ele conquista ou protege, e, por sua vez, o empreendimento sucroalcooleiro se apropria desses territórios num complexo movimento de destruição/reconstrução.

O conceito de território também é importante quando se entende que é aí que a vida cotidiana acontece, onde os eventos do viver se repetem, se renovam, se criam e proliferam, garantindo, assim a existência da própria vida.

Encerrando tal base da categoria território para entendimento dos empreendimentos sucroalcooleiros, remetemos a Santos ao afirmar que, o “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2006, p. 13).

Nesse sentido, o território torna-se fundamental ao possibilitar as manifestações de contradição de suas relações sociais, afetivas e de trabalho, *versus*, territórios do capital frio e produtivo da cana-de-açúcar.

### ***Dinâmica Sucroalcooleira e a Formação dos Territórios do Capital Canavieiro***

Segundo estudiosos da dinâmica capitalista sucroalcooleira, o sistema de produção e mercado de cana-de-açúcar possui características peculiares que requerem planejamento de longo prazo, pois a cultura é de ciclo longo e sazonal, comercialização de curto prazo, perecibilidade por não ser um produto armazenável, com época certa para ser colhida e dificuldade para ser transportada a longas distâncias. O custo de transporte que inviabiliza longas distâncias restringindo seu mercado, traz a tona a questão do apoderamento local da produção para esse setor.

As especificidades de ativos envolvidos na transação da cana-de-açúcar são altas nos aspectos locacional (distância entre produtor e usina), físico (moendas de cana, tanques de armazenamento de álcool) e temporal (perecibilidade da cana e problemas de concentração do fornecimento de cana em determinadas épocas). Com estas características, as formas mais eficientes de transação da cana-de-açúcar entre produtores e usinas são (NEVES; WAACK; MARINO, 1998):

- 1) as usinas que são donas das terras onde se planta cana através de sua estrutura gerencial, sob o seu comando decisório, caracterizando integração vertical.
- 2) arrendamentos de terras de produtores por usinas, constituindo cana onde a usina tem controle total, mas não é dona dos ativos envolvidos na produção (terras).
- 3) produtores especializados: estes são os produtores de cana, especializados na atividade de produção (não realizam esmagamento), estando ligados “contratualmente” às usinas.

Essa estrutura de produção do setor sucroalcooleiro apresenta variação de região para região, mas geralmente as usinas não ficam totalmente dependentes de produtores especializados, atuam como detentoras de terras ou arrendatários, assim garantindo maior controle na produção, garantindo o abastecimento de matéria-prima.

A partir da observância dessa dinâmica temos então a formação e reestruturação dos territórios dos empreendimentos sucroalcooleiros aos quais se apropriam de áreas para potencializar sua prática capitalista e reproduzir as bases necessárias para a sua autorregulação, inicialmente.

As transformações agrícolas que a atividade canavieira ocasiona, nos municípios em que se instala são variadas, entre elas temos a concentração de terras e a monocultura produtiva, tal como é apresentado pelo estudo da Comissão Pastoral da Terra Seção Nordeste.

A expansão do monocultivo da cana-de-açúcar no Brasil é devastador como qualquer outro monocultivo. Esse modelo de agricultura que o País carrega desde o período colonial, que se baseia na concentração da terra e na produção agrícola para exportação, cai como uma luva para quem quer acumular capital a custa dos nossos recursos naturais, dos recursos públicos e do nosso povo. (PLÁCIO JR, 2008).

Uma questão importante, mas que ainda não foi possível precisar empiricamente, porém constatar nas argumentações e reflexões analisadas são os reais efeitos sobre as áreas de cultivos de alimentos e mesmo a concentração fundiária. No entanto, a compra de terras e o arrendamento são fortes indícios desse processo nos municípios da região do Pontal do Triângulo Mineiro.

Temos nesse momento o território sujeitando-o a uma nova forma de produzir, onde o monopólio das terras, através da propriedade privada e/ou do arrendamento, passa a desempenhar um papel preponderante de deterioração da renda fundiária, que é a lógica

da racionalidade econômica capitalista no âmbito da agricultura de base empresarial empregada pelos empreendimentos sucroalcooleiros.

É necessário compreender que esta concentração fundiária é inerente ao modelo de operação do agronegócio canavieiro, o que representa dizer que o capital produtivo só investe no campo para remunerar o seu capital ali investido, ou melhor, reproduzi-lo de forma ampliada, ao contrário do camponês, que cultiva na terra para retirar dela a sua subsistência e a de sua família. O que gera a discussão da concentração fundiária, como também o debate que envolve a dualidade existente entre a expansão da monocultura canavieira e a produção dos alimentos para o mercado interno.

Portanto, efeitos são gerados nessa realidade produtiva capitalista. Apenas para conhecimento, é possível definir três principais universos de efeitos reais dos empreendimentos sucroalcooleiros, sendo eles: 1) Na produção de alimento: deslocamento e expropriação; 2) Na relação de trabalho: condições e sobrevivência; 3) Ao Ambiente: recursos e sustentabilidade. Ressaltando que tais efeitos englobam territorialidades, dimensões de sobrevivência e conflitos de capital.

Assim, entendemos que o espaço agrário local foi drasticamente afetado. Os resultados mais concretos e empiricamente verificáveis são, num primeiro momento, o predomínio de uma nova cultura na paisagem, o que significa a destruição de usos que prevaleceram no período anterior a implementação da atividade canavieira no Pontal do Triângulo Mineiro.

E não é difícil de constatar que esta substituição foi orientada pela rentabilidade, posto que os cultivos alimentares, via de regra, apresentam margem de lucro incompatíveis com as taxas médias de lucro perseguidas pelo agronegócio, o que as tornam momentaneamente inviáveis para a agricultura de base empresarial.

Não se pode esquecer ainda o efeito que a expansão da lavoura canavieira produz no aumento dos custos de produção de várias culturas que estão no entorno da sua expansão, refletidos não somente no aumento do valor e do aluguel da terra, mas também na regulação dos preços do frete, da força-de-trabalho e consecutivo aumento do valor desta mercadoria, assim como o aumento nos custos relativos a hora trabalhada pelas máquinas, que passam a operar tendo como marco regulatório os valores comparativos pagos pelos empreendimentos canavieira, expropriando a produção e realidade de vida camponês local.

Trata-se na verdade da conversão destes municípios, principalmente, os menores, em apenas base territorial da produção sucroalcooleira, da qual o agronegócio passa a

exercer um domínio senhorial sobre as terras e sobre os trabalhadores. O Estado na sua representação local, cria e recria as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital que territorializa estas porções espaciais.

Isto porque, apesar das plantações e/ou da agroindústria se localizar normalmente em municípios de pequeno porte, os centros de tomada de decisões estão fora das suas fronteiras, estando as sedes sociais destas agroindústrias, geralmente, localizadas em outros estados do país, excetuando as agroindustriais da região.

Nessa premissa Souza destaca que,

[...] a canavieira de base empresarial é uma atividade que concentra terras tanto do ponto de vista quantitativo, quanto espacial, fato que justifica sua territorialização de forma concentrada no entorno da agroindústria, por razões de ordem da racionalidade econômica capitalista. [...] Ora, esta concentração espacial, aliada a subordinação massiva de todos os fatores de produção existentes no local, dificulta a diversidade econômica (SOUZA, 2010, p.194)

Como força produtiva local, os empreendimentos sucroalcooleiros, após desencadearem a apropriação dos territórios produtivos culturais locais, geram e, automaticamente, recria a subordinação local para com este processo de exploração, o que por vezes pode significar a única possibilidade de setor de trabalho para sustentar sua família.

Assim, sem acesso à terra, para o trabalho e vida, essa massa de trabalhadores expropriados, agora nas cidades, passam a disputar as escassas vagas disponíveis em serviços urbanos. Somando a isso o fato de não terem, a qualificação necessária para tais funções, o que as obriga a se subjugarem ao trabalho disponível, quando existem, sob quaisquer condições.

São gerados nesse caminho muitos problemas ditos urbanos, mas que estão intimamente ligados ao que ocorre no rural. Como mencionado a agricultura agroindustrializada gera e conseqüentemente concentração da terra e exclusão territorial e, ao mesmo tempo, com a formação de bairros periféricos nas cidades, muitas vezes, justamente por migrantes do espaço rural. O que por vezes nos cabe entender que o desenvolvimento regional/local deveria ser uma prática para regular os efeitos do agronegócio canavieiro por exemplo.

Acerca do desenvolvimento valemos do direcionamento de Saquet e Sposito, ao mencionar que:

O desenvolvimento, [...] está ligado tanto à exploração das potencialidades locais para seu alcance social quanto à conservação dos recursos naturais. Por isso, pensá-lo requer: a) valorizar os enraizamentos social, econômico e cultural da

sociedade local, indo além de análises estritamente econômicas; b) priorizar as instituições públicas locais, a autonomia das finanças públicas e o investimento de excedentes em setores sociais estratégicos. Em outras palavras, pensar o desenvolvimento local requer não somente olhar para a ciência econômica (agregação de valor), mas também procurar contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas [...]. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 22).

Ressaltando que o desenvolvimento local deve ser visto como um processo histórico, relacional e territorial, portanto, caracterizado pela apropriação e construção dos territórios por meio das identidades culturais, do poder e das redes locais.

Nessa perspectiva temos nos empreendimentos sucroalcooleiros que se instalam, uma contradição produtiva e expropriatória do campo, a mercê dos direcionamentos e subjugações do desenvolvimento pelo e para o capital, que por sua vez continuam a se ampliar, já que em seu entorno ocorre uma elevação da apropriação do território, sem desenvolvimento voltado aos subjugados.

Ressaltando a questão da contradição gerada nos sistemas produtivos desses grandes empreendimentos remetemos a Silva,

[...] um processo amplamente contraditório se instaura no lugar. Produzimos o que não consumimos e consumimos o que não produzimos. Parece irracional e, de fato, o é, principalmente porque as cifras da fome se comparadas às cifras da produção nos fazem parecer inúteis. As modernas tecnologias que fazem crescer, enormemente, a produção também elucidam o disparate entre aqueles que detêm o poder e os que acabam à sua mercê (SILVA, 2007, p.19).

Alguns poderiam dizer que esse processo trouxe o desenvolvimento econômico a realidade local, mas temos que entender, apoiado na questão da realidade de vida do camponês, o qual antes de excluído, expropriado pelo capital da cana-de-açúcar, tem valores, identidades e pertencimentos ao território. Sobre isso Silva relata que

As transformações no campo e na cidade com objetivo de produzir novos produtos acarretam drásticas transformações do simbólico, algo, talvez, importante apenas no local e sem sentido fora do seu contexto. Algo muitas vezes rotulado pelo outro como atraso de vida, primitivismo, necessitado de se modernizar. Mas algo que, no interior da sociedade que o vive, representa a sua identidade (SILVA, 2007, p.19).

Portanto, o território também imaterial é (re-des)construído com as dinâmicas de implantação e ampliação dos empreendimentos sucroalcooleiros. Todavia, ressaltamos que, mesmo frente a isso esses valores tradicionais, mesmo desterritorializados, ainda resistem e estão presentes heterogeneamente em parte do território, residindo na manifestação do campo no interior da cidade e/ou até mesmo em unidades camponesas ilhadas nos mares de canas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade sucroalcooleira ganha uma nova configuração territorial a partir da década de 1990, com o desenvolvimento da atividade canavieira em áreas onde os cultivos de hortaliças, frutos, grãos e a pecuária eram e/ou são predominantes.

Sobre essa questão entendemos que o avanço dos empreendimentos sucroalcooleiros sobre a agricultura convencional e tradicional tem se apresentado de forma efetiva, atrativa e problemática, por gerar, mesmo que *a priori*, maiores lucros aos produtores em comparação a produção de alimentos. Demonstrando que a prioridade não é a produção de alimentos, mas sim a acumulação de capital, agregando novos sujeitos as dinâmicas do capital.

Todavia, essas atividades tradicionais, mesmo desterritorializadas, ainda resistem e estão presentes heterogeneamente em parte do território, elevando o crescimento dos embates sobre sua permanência e representatividade frente ao capital sucroalcooleiro que historicamente tendem a se apropriar dessas terras.

O novo movimento do capital e trabalho, no âmbito do setor canavieiro, vem estabelecendo novas territorialidades, tanto pelo avanço das agroindústrias, das plantações sobre novas áreas, como também dos trabalhadores e conjunto da população das cidades envolvidas nesse processo.

Entendemos que no Pontal do Triângulo Mineiro a ampliação do capital sucroalcooleiro está ligada aos investimentos que provocaram mudanças expressivas na Geografia do campo. A atividade tem ganhado uma nova configuração territorial a partir do final do século XX, com o desenvolvimento da atividade canavieira em áreas de cultivos alimentares. Porém, essas atividades mesmo desterritorializadas, resistem em parte no território, elevando os embates para a produção na terra, além da questão da permanência da pequena e média produção.

As novas territorialidades do setor sucroalcooleiro não se ligam apenas ao espaço e ao capital, mas interagem com as relações de trabalho e ao meio ambiente. Entendemos que elas, as novas territorialidades, estão vinculadas às relações de poder, como um veículo que pode ser manipulado e modificado de acordo com o grupo social que o sustenta, ou de acordo com os interesses que são criados, com ressalvas ao capital sucroalcooleiro já que ele autorregula sua própria territorialidade.

Verificamos, frente aos debates, que na estrutura sindical ocorre uma subordinação e fragilidade perante o capital, sendo dificultadas buscas e alternativas para o fortalecimento



do trabalhado, frente aos interesses dos usineiros, empreiteiros de mão-de-obra e associações de fornecedores, que por sua vez estão atrelados aos investimentos e poderes da ação do Estado.

Enfim, verificamos a força e os efeitos territoriais de empreendimentos sucroalcooleiros sobre seu espaço de ação, remodelando a realidade socioterritorial e ambiental. Resultado de uma dinâmica sucroalcooleira expropriatória, mas economicamente satisfatória aos interesses do capital, subproduzindo distintos territórios da cana-de-açúcar nos municípios do Pontal do Triângulo Mineiro em Minas Gerais.

## REFERÊNCIAS

BORTOLETO, E. M. **A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos e impactos.** Disponível em: <[http://www.maternatura.org.br/hidreletricas/biblioteca\\_docs/grandes%20hidrel%C3%A9tricas.pdf](http://www.maternatura.org.br/hidreletricas/biblioteca_docs/grandes%20hidrel%C3%A9tricas.pdf)>. Acesso em 06 maio 2013.

BRAY, S. C. ; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil.** Marília: UNESP, 2000. 104 p.

BRAY, S. C. A política do Instituto do Açúcar e do Alcool na década de 70 e seus reflexos na área canavieira do Vale do Paranapanema (SP). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 61, São Paulo: 2º sem. 1984, p. 105-117.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980,** São Paulo: HUCITEC, 1997. 248 p.

GONÇALVES, J. S. **A eficiência setorial de longo prazo e a concentração da terra e da renda no complexo sucroalcooleiro paulista.** Agricultura em São Paulo, São Paulo: v.2, n.38, p.69-115, maio 1991. Disponível em: <[www.iea.sp.gov.br/out/iagrisp.htm](http://www.iea.sp.gov.br/out/iagrisp.htm)>. Acesso em: 03 fev. 2013.

HAESBAERT, R. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda.** Terra Livre, São Paulo: v. 1, n. 18, p.37- 46, jan./jun. 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a. 400 p.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004b. 171 p. p. 87-120.

HAUGUENAUER, L., PROCHNIK, V. Cadeias produtivas: conceituação e metodologia. In: **Identificação das cadeias produtivas e oportunidades e investimentos no Nordeste do Brasil**. Coordenação: Hauguenauer, L.; Prochnik, V. Fortaleza: 21-43 p 2000.

KAGEYAMA, A.; SILVA, J. G. **A Dinâmica da Agricultura Brasileira: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas: 1988.

KAGEYAMA, A. (coord.). **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas: 1987. 121 p.

KAUTSKI, K. **A questão agrária**. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 362 p.

MARTINE, G; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987. 271 p.

MARTINS, J. S. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MÜLLER, G. **Agricultura e industrialização do campo no Brasil**. Revista de Economia Política. São Paulo: 2(2):47-77, abril-junho de 1982.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec: EDUC, 1989. 149 p.

MÜLLER, G. O complexo agroindustrial brasileiro. **Relatório de Pesquisa**. São Paulo: 13:1-14, 1981.

NEVES, M. F.; WAACK, R. S.; MARINO, M. K. **O sistema agroindustrial de cana-de-  
açúcar: caracterização das transações entre empresas de insumos, produtores de  
cana e usinas**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36, 1998, Poços  
de Caldas: Anais. Brasília, DF: SOBER, p. 559-572. 1998.

OLIVEIRA, A. M. S. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental**. Presidente Prudente. 2003. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-  
Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: 2003.

ORTEGA, A. C. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2005. 270 p.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Alínea/EDUFU: Uberlândia: 2008. 244 p.

PIQUET, R.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. 181p.

PLÁCIDO JR. J. **Expansão do monocultivo de cana no Brasil**. CPT PE, Recife, jan. 2008. Entrevista concedida a Michelle Amaral. Disponível em: <<http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=1823>>. Acesso em: 03 fev. 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 270 p.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. 171 p. p.121-147.

ROSSINI, R. E. **Agro-indústria e Reprodução do Espaço**. 1 ed. Campo Grande: Editora da UFMS, p. 13-14. 2003.

SANTOS, J. C. A vivência da pesquisa de campo: instrumento para a compreensão da relação capital x trabalho na agroindústria canavieira na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. **Revista Mirante**, Pires do Rio, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.revistamirante.net/1ed06.htm>>. Acesso em: 10 out. 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. PP. 73-94.

SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: Diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A.F; CARRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 15-32.

SILVA, J.G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. 217p.

SILVA, J.G. **Complexos Agroindustriais e outros complexos**. Reforma Agrária. Campinas, 3 (21): 5-34, 1991.

SILVA, J.G. da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981. 210 p.

SILVA, V. P. Grandes projetos e transformação no sentido de lugar. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia. v. 8, n. 21, Jun/2007. p. 18 – 28.

SOUZA, M. A. A dinâmica geográfica da territorialização do agronegócio sucroalcooleiro no Estado do Paraná: notas para um debate. **Caderno Prudentino de Geografia**. n.32, vol.1, p.177-201, jan/jun. 2010.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. 171 p. p. 15-36.

THOMAZ JR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. 388 p.

VAINER, C. B.; F.G. ARAÚJO. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WAAK, R.S.; NEVES, M. F. **Competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar**. In: *Competitividade no agribusiness brasileiro*. São Paulo, Coordenação: Farina, E.M.M.Q.; Zilbersztajn. IPEA, PENSA, USP. V.5, 1998.